Manifesto da Lista T

Vivemos num tempo marcado por sucessivas afrontas ao Ensino Superior Público, um tempo em que, por conveniência, há quem de tudo faça para amputar aos estudantes muitas das suas principais características históricas, de onde se destaca a capacidade de se unirem e de lutarem em defesa dos seus direitos. Querem reduzir o estudante ao seu papel de aluno e o próprio papel de aluno à fila para o mercado de trabalho, criando assim uma realidade face à qual, mais do que nunca, importa garantir o bom funcionamento das estruturas que nos representam democraticamente, vendo nelas uma indispensável força da resistência estudantil.

Entendemos que o Conselho Fiscal e Jurisdicional adquire assim uma ainda maior centralidade, na medida em que é uma peça chave para o funcionamento da AAUMinho. Urge portanto assegurar que o CFJ é composto por estudantes determinados a cumprir e a fazer cumprir os estatutos da Associação Académica, nomeadamente na vertente financeira e administrativa.

O sucesso desta tarefa decorre, em primeiro lugar, da abertura democrática com que a mesma é executada e em segundo, da seriedade e atenção com que é encarada. É justamente com esta certeza que a Lista T se candidata, no âmbito das eleições para os Órgãos Sociais da Associação Académica, ao Conselho Fiscal e Jurisdicional, com um projecto assente nos princípios da Transparência, Rigor e Integridade.

Acreditamos que é nesta Lista que reside a resposta para as necessidades acima colocadas, pois é composta por estudantes que primam pela atenção, pela capacidade crítica e pela honestidade. Munidos destas características e guiados por uma determinação firme em defender os princípios que regem a nossa candidatura, comprometemo-nos a cumprir e a fazer cumprir os estatutos da AAUMinho, garantindo que o Conselho Fiscal e Jurisdicional serve verdadeiramente os estudantes e a vida democrática da nossa Academia.

Entendemos que garantir o bom funcionamento do Conselho Fiscal e Jurisdicional significa assegurar que este órgão exerce plenamente a sua função de vigilância e intervenção, o que implica uma fiscalização cuidada das contas e da gestão financeira da Associação Académica, o cumprimento escrupuloso dos estatutos e a atenção permanente aos processos administrativos, mas também a aproximação entre o CFJ e os estudantes que este representa. A cada ano que passa, o CFJ revela-se menos reconhecido pelos estudantes como um órgão efetivamente seu, facto que fica expresso na reduzida participação em RGAs onde se discutem questões fiscais e administrativas ou até na elevada taxa de abstenção que existe na votação para este órgão.

É justamente face ao profundo afastamento que existe entre esta estrutura e os estudantes que nos propomos a colocar como prioridade do nosso projeto a adoção de medidas que garantam que todos podem participar ativamente no escrutínio da Associação, como, por exemplo, a convocação mais frequente de Reuniões Gerais de Alunos para discutir abertamente relatórios e pareceres do CFJ ou a criação de uma plataforma digital que funcione não apenas enquanto repositório de documentos aberto a todos, mas também enquanto plataforma de discussão e contacto com a comunidade académica. Entendemos também que o Conselho Fiscal e Jurisdicional tem o dever de esclarecer os estudantes, combatendo o desconhecimento generalizado entre estes em relação a si, pelo que pretendemos desenvolver diversas iniciativas nos diferentes polos da Universidade onde será debatida a importância e as competências do CFJ.

Consideramos também que o respeito pela independência do CFJ em relação aos outros órgãos da Associação Académica é um pilar fundamental do seu trabalho. Ao longo dos últimos anos, não foram raras as vezes em que tivemos membros do CFJ acabados de sair de outros órgãos, criando uma dinâmica de validação do seu próprio trabalho prévio que, a nosso ver, coloca em causa a imparcialidade com que o trabalho desta estrutura é desenvolvido. Procuramos na nossa candidatura romper com este ciclo, através da formação de uma lista composta por membros com experiência de intervenção no meio estudantil, mas que nunca desempenharam funções nos órgãos sociais da AAUMinho, sendo por isso plenamente autónomos nas tarefas a que se candidatam.

É com este sentido de responsabilidade e compromisso que apresentamos a nossa candidatura ao Conselho Fiscal e Jurisdicional, em defesa de um órgão verdadeiramente próximo dos estudantes, capaz de agir com responsabilidade e sentido democrático. Por isso, assumimos a transparência como princípio orientador, o rigor como método de trabalho e a integridade como fundamento de cada decisão, certos de que é desta prática que nasce a confiança necessária para fortalecer a Associação Académica e defender plenamente a vida democrática da nossa Academia.